



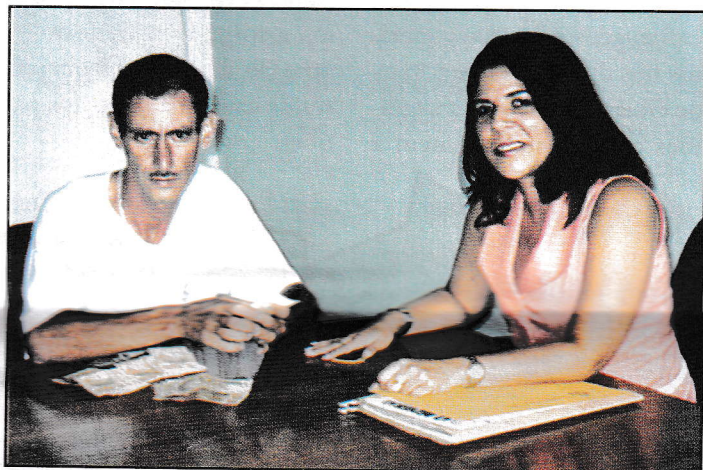
O MINERAL

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DE GOIÁS

ANO XXVI

GOIÂNIA (GO), MAIO DE 2005

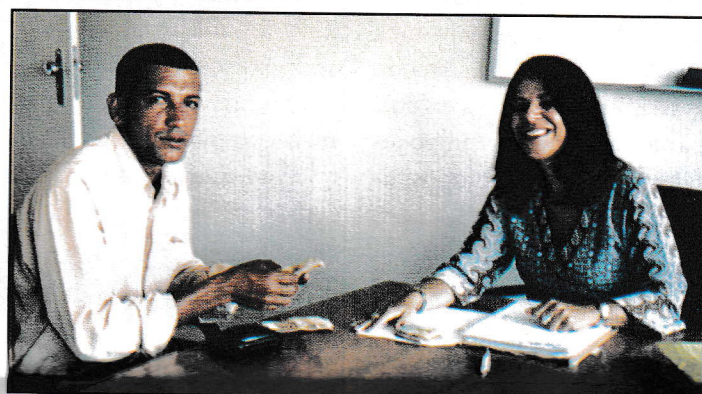
Nº 29



Carrefour não muda sua prática e continua a pagar direitos na Justiça

A prática do supermercado Carrefour não muda e permanece o desrespeito às decisões judiciais de não cumprir a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindipetro e o Sindiposto. Essa prática tem levado aquela empresa a continuar a pagar indenização de direitos por determinação da Justiça do Trabalho. Já são mais de 50 as sentenças condenatórias contra o Carrefour.

PÁGINA 5



Claúdio de Barros de Souza (em cima, à esquerda), Ismael Jacob de Lima (em cima, à direita) e Joaquim Francisco Vieira Lima: mais três ex-funcionários do Carrefour indenizados em seus direitos trabalhistas

Marconi encarrega Ageu da articulação com sindicatos

Depois de 22 anos cumprindo mandato de vereador, o presidente do Sindipetro, Ageu Cavalcante foi nomeado assessor especial do governo Marconi Perillo. Sua função será de interlocutor com o movimento sindical.

PÁGINA 8

Sindicato renova acordos e convenções coletivas de trabalho

PÁGINAS 3, 4 E 6

Venda de empresas e fusão traz desemprego e deixa trabalhadores apreensivos

PÁGINA 7

Sindicato chega ao interior

Visando interiorizar a sua ação, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (Sindipetro) está instalando a Delegacia Sindical de Rio Verde, que vai agregar os trabalhos da entidade em uma importante região do Estado (o Sudoeste Goiano), hoje uma das que mais cresce do ponto de vista econômico. Rio Verde será cidade-pólo, ou seja, a Delegacia Sindical vai atender aos trabalhadores que integram as áreas de representação do Sindipetro de toda a região.

Os trabalhadores já podem procurar informações na Delegacia Sindical, que funciona no escritório do advogado Daylton Anchieta e Advogados Associados, à Rua Major Oscar Campos nº 451, Sala 6, Centro, telefone (64) 612-3396. Ali, os representantes do Sindipetro vão prestar toda a assistência aos associados, particularmente no campo jurídico, inclusive na propositu-

ra de ações na Justiça do Trabalho, o que tornará mais ágil a defesa dos direitos dos trabalhadores, já que Rio Verde conta com Vara da Justiça do Trabalho.

Convenção Coletiva

Outro importante trabalho que o Sindicato vem desenvolvendo no sentido de interiorizar a sua ação diz respeito à distribuição da Convenção Coletiva de Trabalho em todo o Estado.

Para tanto, o diretor secretário Adauto Silva Gouveia Filho e o diretor tesoureiro Honestino de Oliveira Filho percorreram mais de 10 mil quilômetros, difundindo junto aos trabalhadores os seus direitos e, ao mesmo tempo, atendendo de forma mais eficiente a categoria.

Esse trabalho será repeti-

do a partir de maio. Para o Sindipetro, agindo dessa forma, a entidade chega à categoria com mais eficiência, pois conhece de perto os problemas enfrentados pelos companheiros nos diferentes municípios de Goiás e pode colher sugestões que melhor orientem a

ação sindical. Ao mesmo tempo, essa é uma oportunidade de chamar os trabalhadores para participarem mais efetivamente do Sindicato, de forma a torná-lo mais forte na hora de defender os interesses da categoria junto aos patrões.



Serviços do Sindipetro para seus associados

ADVOGADO

São três os advogados que integram o quadro de pessoal do Sindicato. Eles atendem gratuitamente aos associados nas ações ligadas ao Direito do Trabalho. Ao procurar a assessoria jurídica do Sindipetro, quando for necessário recorrer à Justiça para fazer valer seus direitos, o associado não paga qualquer honorário aos advogados – este é pago pelas

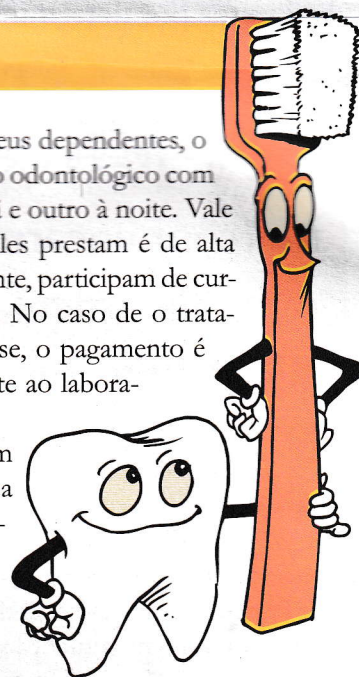


empresas. Vale destacar que a contratação de um advogado particular sempre onera o trabalhador. Além do mais, os advogados do Sindicato conhecem como ninguém os direitos da categoria e, por isso, estão mais capacitados para defendê-los na Justiça do Trabalho.

DENTISTA

Para atender aos associados e seus dependentes, o Sindicato mantém o consultório odontológico com dois dentistas – um pela manhã e outro à noite. Vale ressaltar que os serviços que eles prestam é de alta qualidade, pois, permanentemente, participam de cursos de atualização profissional. No caso de o tratamento exigir serviços de prótese, o pagamento é feito pelo associado diretamente ao laboratório, a preço de custo.

LEMBRE-SE: o cuidado com os dentes não é somente uma questão estética, já que os dentes são parte fundamental de um sorriso bonito. Fazer a prevenção constante é uma questão de saúde; daí a importância de fazer o devido acompanhamento da saúde bucal, conforme o tratamento indicado pelo dentista.



Renovada convenção com Sindiposto

O Sindipetro renovou, em 1º de março, a Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindiposto, que mais uma vez garante a reposição integral da inflação do período, cujo índice foi de 5,91%, além da manutenção da cláusula que obriga as empresas a pagarem em setembro, a cada um de seus funcionários, a título de Participação sobre Lucros e Resultados (PLR), o valor de 100 reais.

O acordo beneficia também o pessoal que trabalha com lavagem e lubrificação de veículos. Como os demais trabalhadores do segmento, eles também terão direito à cesta básica de alimentos, que deve ser entregue até o dia 15 de cada mês, composta de 14 itens, totalizando 29,68 quilos, no valor equivalente a R\$ 71,24, reajustados mensalmente de acordo com a variação da Cesta Básica do Dieese.

A negociação do Sindipetro com o Sindicato patronal poderia ter sido mais vantajosa para os trabalhadores, caso houvesse maior participação e coesão da categoria, com filiação em massa ao Sindicato. É importante ressaltar que só reclamar não leva a lugar algum. É preciso partici-

par – participar ativamente. Vale lembrar que muitas categorias de trabalhadores, nas negociações promovidas por seus sindicatos, não têm conquistado a reposição integral da inflação. O resultado da nossa negociação foi positivo graças ao respeito mútuo existente na relação do Sindiposto com o Sindipetro.

Poder de compra mantido

CONVENÇÃO/2004

7,47% de reajuste
(100% da inflação)

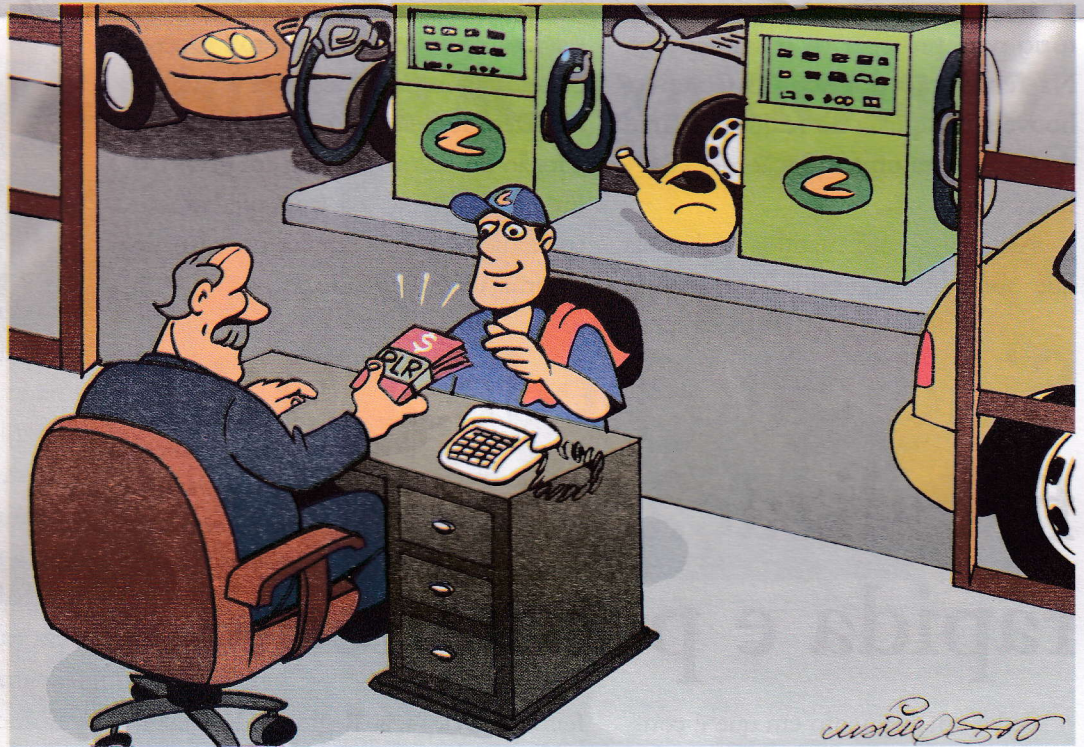
PLR de \$ 100,00

CONVENÇÃO/2005

5,91% de reajuste
(100% da inflação)

PLR de \$ 100,00

Conclusão: não ocorreram perdas e foi mantido o poder de compra dos salários dos trabalhadores



Fique de olho na PLR

Quem é trabalhador de posto de gasolina pode anotar desde já na agenda: até 20 de setembro, os empregadores são obrigados a pagar a Participação sobre Lucros e

Resultados (PLR). O valor único acordado na Convenção Coletiva de Trabalho é de 100 reais para o benefício, que deve ser pago a todos os empregados, independente

dos valores de seus salários. **Importante:** têm direito a receber PLR integral os funcionários que estiverem na folha de pagamento em 31 de agosto deste ano.

Distribuidoras de petróleo renovam convenção

Foi renovada em 1º de janeiro, a Convenção Coletiva de Trabalho com as companhias distribuidoras de petróleo, onde os salários encontram-se bastante defasados. O setor apresenta também outra característica

cruel para os trabalhadores, que é a constante redução do número de empregados, o que tem provocado a sobrecarga de trabalho.

No entendimento do Sindipetro, o acordo feito com as distribuidoras

de petróleo não foi o ideal. Apesar disso, foi possível atender a boa parte dos interesses da categoria, principalmente porque garantiu a reposição da inflação do período (o reajuste foi de 8%).

Assinado novo acordo com atacadistas de lubrificantes

O Sindipetro renovou o Acordo Coletivo de Trabalho - com o setor atacadista de lubrificantes, dando segmento ao trabalho iniciado no ano passado. Em 2004, foi firmado o primeiro Acordo Coletivo, que beneficiou os trabalhadores desse segmento empregados de 13 empresas, que compreenderam a necessidade de se ter um marco regulatório para proteger os trabalhadores. Na renovação do Acordo Coletivo, houve a conquista do reajuste salarial de 6,5%, para uma inflação de 5,84% no período.

Além disso, foi mantida a cláusula que obriga as empresas a fornecerem

a seus empregados, até o dia 15 de cada mês, uma cesta básica com 29,68 quilos de produtos alimentícios, no total de R\$ 72,61 (corrigidos mensalmente pelo índice do Dieese), constituída de 14 itens (arroz tipo 1, açúcar cristal, feijão carioca, óleo de soja, café torrado e moído, sal refinado, macarrão espaguete, farinha de trigo especial, fubá, extrato de tomate, sardinha em óleo comestível, salsicha tipo viena e biscoito). Outras conquistas importantes para a categoria dizem respeito ao ticket-refeição e à adoção do seguro de vida em grupo, o que, sem dúvida, dá tranquilidade ao trabalhador e sua família no caso de alguma eventualidade.

Sindicato pede à DRT fiscalização mais rápida e permanente

Se há um segmento em que é constante o desrespeito aos direitos mínimos dos trabalhadores, este é o representado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (Sindipetro). Por isso mesmo, não têm sido

poucos os pedidos de fiscalização nas empresas



feitos à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para coibir a ação dos maus patrões.

Infelizmente, nem sempre a fiscalização da DRT é feita no tempo hábil.

Diante disso, o Sindipetro vem cobrando com insistência maior agilidade da Delegacia do Trabalho nessa importante área

de atuação. O Sindicato também sugeriu à Delegacia a adoção do sistema de plantão para que os fiscais possam atender casos eventuais e urgentes de desrespeito aos direitos do trabalhador. É o caso, por exemplo, do atraso no pagamento dos salários, que devem ser quitados até o 5º dia útil.

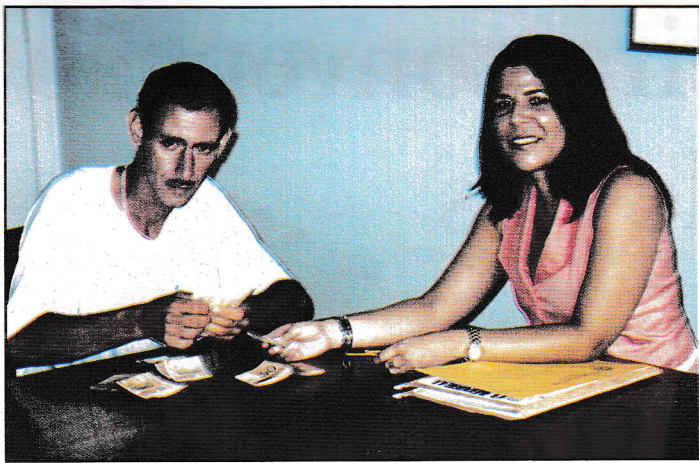
Se os fiscais demoram a aparecer, não vão constatar a irregularidade por parte da empresa e quem sai perdendo é o trabalhador.

Não tenha medo de assumir: denuncie

A garantia dos direitos do trabalhador só será efetivada se o próprio trabalhador lutar por eles. Quando seus direitos são desrespeitados, ao trabalhador não resta outra alternativa: denunciar o fato a seu Sindicato, para que as devidas providências sejam adotadas.

Entretanto, alguns companheiros têm medo de assumir a informação e, quando não se escondem no anonimato, simplesmente se omitem, deixando com que seus direitos continuem a ser desrespeitados pelo mau patrão. Mas o trabalhador não deve ter medo de, perante seu Sindicato, assumir a denúncia, pois seu nome será mantido no mais absoluto sigilo. Mas o Sindicato precisa informá-lo sobre o resultado da fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, até para que o trabalhador possa, ele mesmo, telefonar para a DRT e ver as providências adotadas.

Lembre-se: o Sindicato é o órgão de luta dos trabalhadores. Ele existe para defender intransigentemente os direitos das categorias que representa. O Sindipetro conta com três advogados pronto para acionar diretamente as empresas quando há desrespeito aos direitos dos trabalhadores e sem nenhum custo para o trabalhador - o atendimento é gratuito.



Cláudio de Barros de Souza recebeu R\$ 3.669,45 do Carrefour

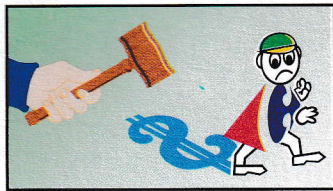


Ismael Jacob de Lima recebe a indenização da ação ganha

Por desrespeitar a Convenção, Carrefour continua a ser condenado

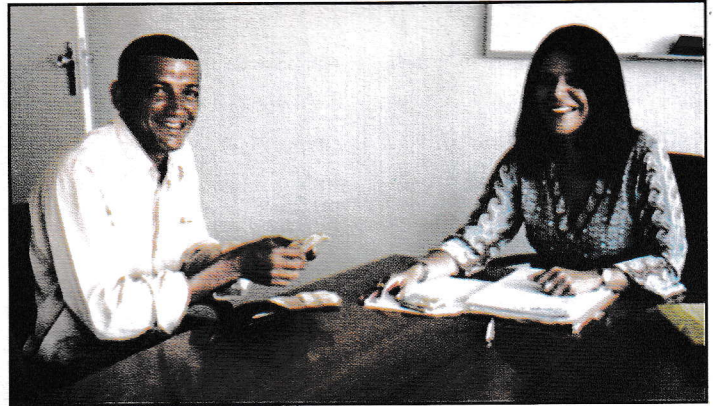
O supermercado Carrefour realmente não aprende a respeitar os direitos trabalhistas e, por conta dessa posição de intransigência – principalmente em se negar a acatar, em seus postos de gasolina, a Convenção Coletiva de Trabalho do setor –, acaba sendo condenado pela Justiça. Já são mais de 50 sentenças dadas pela Vara do Trabalho de Goiânia, pelo Tribunal Regional do Trabalho e mesmo pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O pior é que o Carrefour continua a afrontar o Poder Judiciário brasileiro, já que insiste em não respeitar as decisões que determinam que ele cumpra a Convenção Coletiva. E a atuação do Sindipetro con-



tinuará firme, no sentido de acionar o Carrefour tantas vezes quantas forem necessárias para que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados pela multinacional francesa.

Exemplo disso são as ações ganhas na Justiça por mais três companheiros, que receberam este ano o dinheiro relativo aos direitos que haviam sido lesados pelo Carrefour. Cláudio de Barros de Souza recebeu R\$ 3.669,45, Ismael Jacob de Lima botou a mão em R\$ 6.603,51 que haviam sido garfados pelo Carrefour e Joaquim Francisco Vieira Lima foi indenizado



Joaquim Francisco Vieira Lima: feliz com o resultado da ação

em R\$ 6.344,15.

O entendimento do TRT sobre a questão já é pacífica. Tanto que a *Revista do Tribunal Regional do Trabalho*, de dezembro de 2004, reproduz decisão tomada pelo TRT quanto a uma das ações contra o Carrefour. Nela, o juiz Geraldo Rodrigues do Nascimento, relator do processo, ao justificar a obrigatorieda-

de de o Carrefour ter de cumprir a Convenção Coletiva, destaca que “não subsiste dúvida de que o referido ‘posto’ funciona de forma autônoma, sem nenhuma vinculação com o estabelecimento do reclamante e fora de suas dependências. E não poderia ser diferente! Afinal, jamais poderia o ‘posto’ funcionar dentro do hipermercado”.

CPRM: vem aí novo acordo salarial

O Sindipetro vai dar início, em maio, a um novo processo de negociação com a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), com vistas à renovação do Acordo Coletivo de Trabalho, cuja data base é 1º de junho. As-

sim como no ano passado, a expectativa dos trabalhadores é que a empresa reponha integralmente as perdas salariais do período, incorporando o índice da inflação aos salários.

Mas os trabalhadores da CPRM

esperam um pouco mais da empresa. O Sindicato vai insistir com a companhia sobre a necessidade de atender a uma antiga reivindicação da categoria, que é a aprovação e implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Assinada primeira convenção com revendas de gás

O Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (Sindipetro) firmou, em novembro do ano passado, a primeira Convenção Coletiva de Trabalho com o sindicato representante das empresas distribuidoras de gás do Estado. Até então, como inexistia sindicato patronal, o Sindipetro negociava com cada empresa a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, fato que provocava muita dificuldade.

Com a criação do sindicato patronal, foi possível ao Sindipetro estabelecer uma negociação em bases melhores, que se soma a uma grande vantagem para a categoria: a partir de agora, todos os empregados das empresas distribuidoras de gás, em todo o Estado, são beneficiados com as cláusulas acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho (o acordo só beneficia quem trabalha na empresa que negocia com o Sindicato). Para as próprias empre-

sas há vantagens, pois, ao estabelecer obrigações a serem cumpridas por todas, a Convenção permite que haja concorrência mais leal entre elas.

Além da reposição da inflação, a Convenção Coletiva de Trabalho traz importantes benefícios para os trabalhadores desse setor, como o estabelecimento de piso salarial para as diferentes funções que integram a categoria. Ela estabelece, também, a obrigatoriedade das empresas fornecerem, a partir de 1º de janeiro deste ano, a cada um de seus empregados, uma cesta básica de alimentos. A cesta deve conter nove itens (arroz tipo 1, açúcar Cristal, feijão carioca, óleo de soja, café torrado e

moído, sal refinado, macarrão espaguete, farinha de trigo especial e farinha de mandioca), totalizando 28 quilos de produtos, no valor equivalente a 50 reais. O prazo de entrega é até o dia 15 de cada mês.



Firmado acordo com a Ultragás

O Sindipetro firmou, em setembro de 2004, Acordo Coletivo de Trabalho com a Ultragás, cujas cláusulas seguem os mesmos padrões da Convenção Coletiva firmada com as distribuidoras de gás. No Acordo Coletivo, o Sindicato conseguiu incluir o pessoal de vendas, que

passa a ser beneficiado com as conquistas da categoria. Paralelamente, continua em discussão a proposta de adoção do plano de saúde apresentada pela empresa.

Apesar de a Ultragás ter comprado e fechado a Shellgás, sacrificando nada menos do que

31 postos de trabalho, a empresa está em fase de expansão de seus negócios e, lentamente, vem recuperando seu mercado. O que se espera é que essa recuperação resulte não apenas em melhorias para os empregados, como também na reabertura de novos postos de trabalho.

SHV compra distribuidoras de gás e provoca redução de vagas

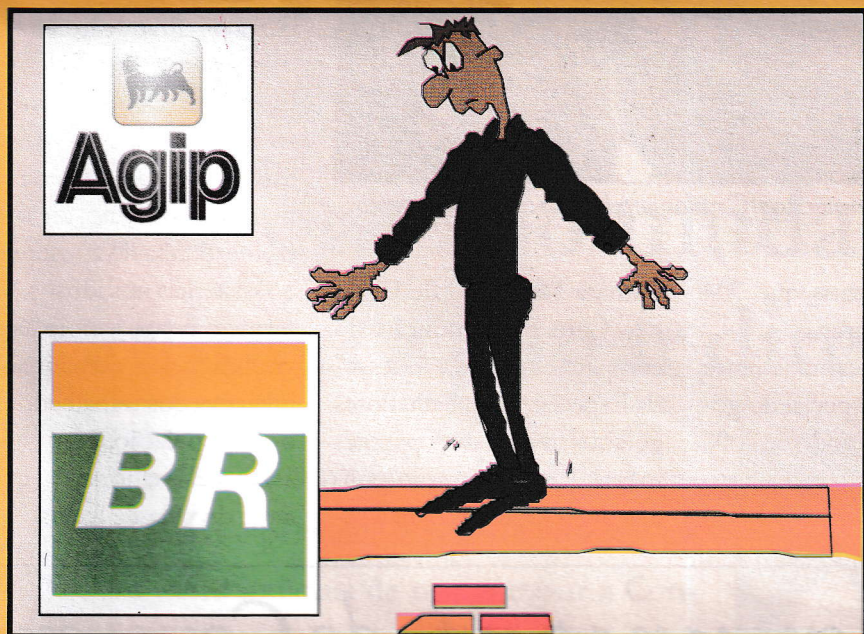
As empresas Minas Gás e Supergasbrás Distribuidora de Gás S/A são, agora, uma só. A nova empresa é a SHV Gás Brasil, do grupo holandês de mesmo nome

e que é o maior distribuidor de gás liquefeito de petróleo do mundo. A SHV já detinha 50% da Minasgás e 50% da Supergasbrás e, ano passado, concluiu a compra das duas empresas,

numa negociação de 100 milhões de dólares.

Como podia se esperar, com a fusão das duas empresas, os trabalhadores do setor estão sendo os mais prejudicados. Tanto é que a

primeira consequência desse processo foi a redução do número de empregos. Outra consequência diz respeito à transferência, de Goiás para Brasília, da diretoria regional da empresa.



Trabalhadores estão apreensivos com compra da Agip pela Petrobrás

Numa transação que envolveu 400 milhões de dólares, a Petrobrás Distribuidora S/A adquiriu todo o ativo da Agip Distribuidora e da Agip Liquegás. Com isso, a Petrobrás, além de manter-se no ramo de distribuição de combustível, passa agora a atuar também no ramo de distribuição de gás liquefeito de petróleo. A direção do Sindipetro

procurou a empresa em busca de informações, de forma a tranquilizar a categoria, mas não recebeu qualquer informação sobre o que vai acontecer.

Assim, há um justificado temor na categoria sobre manutenção dos postos de trabalho, bem como quanto à relação de emprego. Essa mesma apreensão existe em relação ao pessoal da Liquegás, uma vez

que ela agora é uma empresa subsidiária da estatal. O Sindipetro espera que a nova administração dê continuidade à política de boa convivência que existia até então com a direção da Agip, de forma a manter as conquistas da categoria. Da mesma forma, o Sindicato espera que a Petrobrás não só mantenha, como também crie mais empregos para o setor.

Trabalhador, é sua participação que fortalece o Sindicato

O Sindipetro, assim como os demais sindicatos de trabalhadores, só se faz forte se a categoria que ela representa participa ativa e efetivamente da vida sindical. O primeiro passo nesse sentido é a necessária filiação do trabalhador ao sindicato, que é o seu instrumento de luta para a conquista de importantes direitos, a começar pela melhoria dos salários.

Mas só a filiação não é suficiente. É fundamental que o trabalhador se faça presente nas reuniões e assembleias convocadas pelo Sindicato. É nessas ocasiões que o trabalhador tem a oportunidade de discutir com mais profundidade as propostas que devem ser defendidas junto aos patrões. Além disso, é a participação maciça dos associados nas assembleias e demais atividades do Sindicato que garantem uma boa negociação dos acordos e convenções coletivas de trabalho, pois o patrão só cede às reivindicações da categoria mediante a pressão dos trabalhadores.

Portanto, pense bem e procure o Sindipetro e peça logo a sua filiação ao Sindicato. E lembre-se: a luta dos trabalhadores não é travada apenas pela diretoria do Sindicato. Participe e faça sua voz ser ouvida.

Ageu é encarregado de articulação do governo com movimento sindical

O companheiro Ageu Cavalcante, presidente do Sindipetro de Goiás e diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), foi encarregado pelo governador Marconi Perillo, que o nomeou assessor especial, de ser o interlocutor do governo com o movimento sindical de Goiás. A escolha não poderia ser mais apropriada. Ageu, além de reconhecido como um dos mais expressivos dirigentes sindicais goianos, também é coordenador do Fórum Permanente dos Trabalhadores para o Desenvolvimento de Goiás, movimento que congrega 10 federações estaduais, 167 sindicatos



Marconi cumprimenta Ageu Cavalcante pela nova missão no governo

e nada menos que 704 mil trabalhadores.

Ageu Cavalcante já havia sido assessor especial do governador no período de 2001 a 2002, atuando como articulador do governo junto à

Câmara Municipal de Goiânia. Com a recondução do companheiro para a Assessoria Especial, os trabalhadores goianos recuperaram parcialmente a representação política que perderam com a sa-

ída de Ageu da Câmara, onde foi vereador por cinco mandatos consecutivos, período em que ele deu visibilidade ao movimento sindical goiano, demonstrando que o trabalhador pode exercer a atividade política com competência e dignidade.

Depois de 22 anos na Câmara, Ageu Cavalcante deixa um grande legado à cidade, com seu trabalho respeitado por todos e que muito fez por Goiânia durante esses anos nas áreas de planejamento urbano, meio ambiente, defesa do consumidor e assistência aos idosos. Sem falar no natural apoio às reivindicações e demandas de iniciativa dos trabalhadores e o da população, com saúde, asfalto e melhoria da qualidade de vida de todos.

Reforma sindical entra na pauta do Congresso

O governo federal já bateu o martelo: quer ver aprovada rapidamente a reforma sindical. A proposta é bastante polêmica. Diante disso, o

Fórum Permanente dos Trabalhadores para o Desenvolvimento de Goiás, do qual o presidente do Sindipetro, Ageu Cavalcante, é o coordena-

dor, deu início ao debate para que os trabalhadores goianos possam interferir no processo.

A proposta de reforma sindical acaba, por exemplo, com a unicidade sindical (uma só entidade em cada base) e faz com que os sindicatos deixem de se organizar por categorias para representar setores econômicos e ramos de atividade. Por esse modelo, categorias diversas dentro de uma mesma empresa, por exemplo, poderão ser representadas pelo

mesmo sindicato.

Outro ponto polêmico da proposta do governo é a possibilidade das centrais sindicais legitimarem sindicatos por meio da chamada representatividade derivada, ou seja, as centrais poderão prestar legitimidade aos sindicatos que não consigam alcançar o mínimo de 20% de representatividade entre os trabalhadores. Com isso, sindicatos poderão atuar mesmo sem preencher os requisitos de legitimidade.



O MINERAL

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DE GOIÁS

Presidente: Ageu Cavalcante Lemos

Vice-presidente: José Lemes Machado

Diretor Tesoureiro: Honestino A. de Oliveira Filho

Diretor Secretário: Adauto Silva Gouveia Filho

Diretor Jurídico: Daniel Alves de Melo

Conselho Fiscal: Mauro Antonio Cardoso, César Augusto de Paiva e Divino Elias Gomes

Fone: (62) 261-5366.

Fax: (62) 261-5211.

E-mail: petromin@cultura.com.br

Fotolito: Policor. Fone (62) 224-3600

Impressão: Max Gráfica e Editora. Fone (62) 207-1184

ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA UFG
AV NACOES UNIDAS, 1213
UNIVERSITARIO
GOIANIA GO
74605-030